

Relatório anual

2 0 1 7

VERSÃO RESUM



Eletros

Índice



01

Mensagem da Diretoria - 05

02

Acontecimentos em Destaques - 07

03

Gestão Previdenciária - 10

04

Gestão de Investimentos - 13

05

Demonstrações Contábeis - 25

06

Parecer Atuarial por Plano - 35

BD Eletrobrás - 35

CD Eletrobrás - 45

CV ONS - 49

CV EPE - 54

CD CERON - 58

07

Despesas - 62

08

Eletros-Saúde - 63

09

Demonstrações Contábeis - 70

10

Administração - 77

11

Contatos - 83



Nosso desenvolvimento é para você

Seja bem-vindo (a) ao Relatório Anual de 2017. Nele, capítulo a capítulo, você encontrará informações completas referentes à Fundação.

Este documento foi pensado e desenvolvido sob o olhar retrospectivo da trajetória da ELETROS até aqui.

Em 2016, trabalhamos o conceito de unidades isoladas que, quando reunidas, formam o todo. Para 2017, procuramos não somente dar continuidade a esta ideia, mas também representar o processo de evolução alcançado por meio dessa construção. Assim, olhando para o ano passado, podemos ver o nosso desenvolvimento.

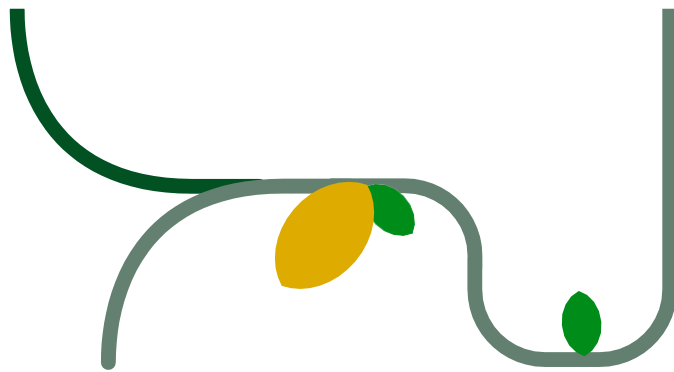
Para ilustrar esse conceito no nosso Relatório Anual, trouxemos a ideia da planta. A raiz é a base que sustenta o crescimento. O caule representa o próprio desenvolvimento da ELETROS. Os galhos ilustram as ramificações da Fundação, suas áreas e seu trabalho. Já as folhas são o resultado do que foi desenvolvido até agora.

A ELETROS está se desenvolvendo para que você possa colher os melhores frutos no futuro.

Siga conosco e boa leitura!



Mensagem da Diretoria



É com satisfação que cumprimos mais um ano de grandes desafios. Em meio a um cenário de incertezas políticas e macroeconômicas, a ELETROS conseguiu superar as metas de todos os seus planos de benefícios.

Diante disso e avaliando o momento das nossas patrocinadoras, que estão implantando políticas de redução em seus quadros de pessoal, é fundamental reafirmar a importância da previdência complementar na vida de todos os nossos participantes. Ressaltamos que caso o participante se desligue da patrocinadora, ele tem várias opções conforme os critérios de elegibilidade: solicitar o benefício de renda mensal; manter a reserva rentabilizando na Fundação; tornar-se autopatrocinado; fazer a portabilidade para outra instituição; ou efetuar o resgate parcial ou total da sua reserva.

Na hora dessa importante decisão para o seu futuro e de sua família, o participante tem o privilégio de ter a equipe da ELETROS à sua disposição para assessorá-lo com simulações, para que seja tomada a decisão mais favorável à sua situação patrimonial.

Para auxiliarmos nessa reflexão, a rentabilidade conquistada pelo Perfil ELETROS nos últimos cinco anos foi de 72,2%, enquanto a rentabilidade média obtida pelos fundos abertos de previdência foi de 53,3%. O levantamento, que considerou as premissas* abaixo e resultou em uma amostra de 249 fundos, mostra que a ELETROS alcançou a maior rentabilidade no período, o que demonstra a consistência e eficiência na gestão dos recursos. Além disso, é possível verificar que taxa média de administração dos fundos abertos de previdência é de 1,57%, enquanto do Perfil ELETROS é de 0,5%.

* No que se refere às premissas para seleção de Fundo de Previdência Aberta, a fonte utilizada foi a Quantum Axis. O período avaliado compreende os anos de 2013 a 2017 (5 anos). Foram selecionados, segundo a classificação ANBIMA, fundos de categoria PGBL e VGBL, abertos para captação, com patrimônio mínimo de R\$ 50 milhões.

No cenário interno, a fim de buscarmos uma prestação de serviço cada vez melhor aos nossos participantes e assistidos e nos prepararmos para um futuro cada vez mais desafiador, a ELETROS investiu, em 2017, na integração dos seus sistemas de tecnologia da informação. Em 2018, a Fundação está investindo no treinamento dos seus colaboradores por meio de programa específico de desenvolvimento pessoal e profissional, assim como na Norma de Qualidade ISO 9001:2015 de todos os seus processos previdenciários.

Cabe ressaltar, também, os esforços que estão sendo empreendidos pela Governança da Fundação na solvência do Plano BD Eletrobrás. Como já divulgado em diversas ocasiões ao longo de 2017 e 2018, a ELETROS se viu compelida a rever seus Planos de Equacionamento referentes aos exercícios de 2013 e 2015.

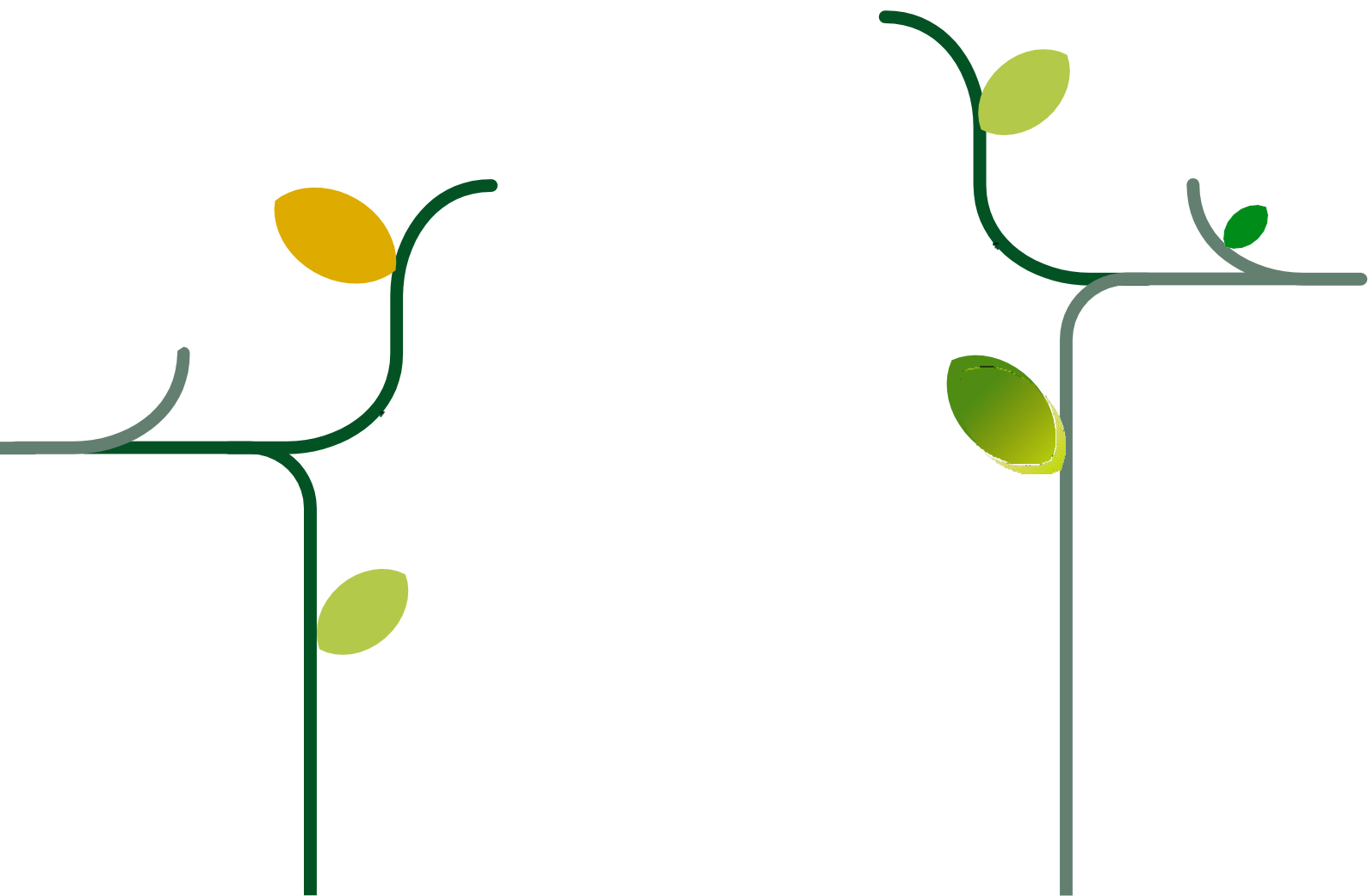
Esse trabalho e a apresentação de alternativas para mitigar ao máximo o impacto no benefício dos assistidos do Plano BD é o nosso compromisso. Para que esse objetivo seja alcançado, é necessário que os participantes estejam coesos em torno da ELETROS.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, conselheiros, patrocinadoras e, em especial, a todos os nossos participantes ativos e assistidos pela oportunidade de seguirmos em frente, juntos, em busca sempre de um futuro melhor.

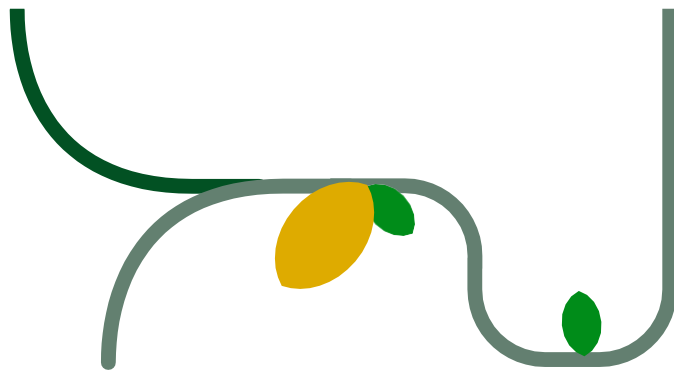

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente


Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários


Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro



Acontecimentos em Destaque



Este capítulo apresenta, de forma objetiva e transparente, um resumo dos fatos relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos da ELETROS no ano de 2017 e no início de 2018.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para enfrentar os desafios dos próximos anos, foram traçadas metas visando manter a sustentabilidade dos planos administrados e atuar no fortalecimento da governança com uma gestão voltada aos interesses da ELETROS e à prova de desvios de conduta.

Também cabe ressaltar que é objetivo da ELETROS empreender esforços no sentido de manter a solvência do Plano BD Eletrobrás.

Abaixo, seguem relacionados os principais direcionamentos estratégicos para o próximo triênio:

- Reter os participantes desligados das patrocinadoras;
- Captar novos participantes;
- Implantar ações com base nos resultados apresentados na Pesquisa com participantes realizada em março de 2018;
- Obter Norma de Qualidade ISO 9001:2015 dos principais processos operacionais;
- Melhorar a qualidade do serviço prestado a partir da evolução tecnológica;
- Implantar Programa de Compliance;
- Obter selo de autorregulação em governança de investimentos da Abrapp.

LOCAÇÃO DO EDIFÍCIO MARIO BHERING

No mês de março de 2017, a ELETROS firmou contrato de locação do Edifício Mario Bhering, localizado na Rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro, com a Eletrobras.

Para adequar o prédio às necessidades da Eletrobras, foi necessária uma etapa de demolição, ocorrida em setembro de 2017. Já o início da obra ocorreu em dezembro de 2017. A obra encontra-se em estágio avançado de conclusão, devendo ser entregue no mês de julho de 2018. Durante todo esse período, uma equipe da ELETROS foi designada para acompanhar de perto o andamento do projeto.

Cabe ressaltar que a locação do Edifício Mario Bhering traz um ganho expressivo para os Planos BD e CD Eletrobrás, especialmente para o BD, e consequentemente para todos os participantes e assistidos destes planos, bem como para a própria patrocinadora Eletrobras, devido à melhora na rentabilidade do segmento de investimento imobiliário com impacto positivo no resultado do Plano BD.

PLANOS DE EQUACIONAMENTO DO PLANO BD ELETROBRÁS

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo – CDE, realizada em 01 de dezembro de 2017, foi aprovado, por maioria, avaliar e implantar as recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST – e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle.

Já na 338ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, realizada em 02 de fevereiro de 2018, foi aprovado, por maioria, a Minuta do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nos moldes da Instrução PREVIC nº 03, de 2010, que estabelece as etapas e respectivos prazos e responsáveis para a revisão e reaprovação dos planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015. Na ocasião, foram adicionalmente aprovadas as seguintes medidas:

1) A suspensão, a partir de abril de 2018, da cobrança das contribuições extraordinárias II e III para todas as patrocinadoras, participantes e assistidos que vem regularmente efetuando pagamentos através de fatura, de desconto no salário e de desconto no benefício / pensão respectivamente. A suspensão ocorrerá a partir de abril por ser este o mês em que se encerra o plano de custeio em vigor válido até 31/03/2018.

2) A manutenção da cobrança da contribuição extraordinária I para todas as patrocinadoras, participantes e assistidos que vem regularmente efetuando pagamento nas formas citadas anteriormente e mantidas as condições atualmente praticadas.

A Fundação ELETROS reafirma o compromisso de manter a todos informados do andamento das ações e das decisões relevantes relativas ao Plano BD Eletrobrás e seus planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015.

NORMA DE QUALIDADE ISO 9001:2015

Em janeiro de 2018, a ELETROS iniciou um grande projeto: a busca da Norma de Qualidade ISO 9001:2015 pela Diretoria de Benefícios Previdenciários. A ISO 9001:2015 tem como finalidade estabelecer normas e padrões de gestão da qualidade, visando garantir aos participantes que os serviços da Fundação sejam executados de modo padronizado e consistente, atendendo aos requisitos e expectativas de todas as partes interessadas.

Para que a ELETROS seja certificada, a Fundação precisa passar pela avaliação de uma organização certificadora que avalia os processos e verifica se o SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) implantado pela entidade atende aos requisitos estabelecidos pela Norma ISO 9001:2015. Após a obtenção da certificação, esse sistema de gestão permanece sendo avaliado quanto à conformidade com a referida Norma.

O projeto, que envolve inicialmente os processos da DB, será finalizado no primeiro semestre de 2019 e está sendo conduzido por uma equipe composta por colaboradores das áreas de Gestão de Riscos e Compliance, Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios e Gestão de Benefícios Previdenciários. Para nos apoiar até a conclusão, contratamos a Consultoria Venture, provedora de serviços e soluções focada em Gestão de Processos com mais de 25 anos de atuação.

PESQUISA COM PARTICIPANTES

Em março de 2018, a ELETROS realizou uma ampla pesquisa com participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação. O objetivo foi conhecer melhor o perfil dos participantes, entender suas expectativas e percepções e identificar o que pode ser melhorado.

O trabalho foi realizado pela empresa de Pesquisa Multiconteúdo, que fez entrevistas por e-mail e telefone com participantes selecionados aleatoriamente para compor a amostra representativa do total de participantes da ELETROS. O resultado da pesquisa será conhecido no próximo mês.

NOVA PLATAFORMA PARA RECEBIMENTOS DE COBRANÇA NÃO PROGRAMÁVEIS

Em setembro de 2017, a ELETROS lançou uma plataforma de cobrança bancária que oferece mais controle, segurança e conveniência para todos os

participantes e assistidos. Com isso, a antiga prática de créditos feitos em contas correntes da ELETROS e os recebimentos processados presencialmente na Fundação deixaram de existir.

Com a mudança, os pagamentos de valores não programáveis de qualquer natureza, por exemplo, amortização/liquidação de empréstimo financeiro e contribuição adicional, passaram a ser feitos exclusivamente por boleto bancário. Para solicitar o boleto bancário, basta o participante entrar em contato com a Central de Atendimento e informar o tipo de operação financeira que gostaria de realizar.

ESPAÇO ELETROS: PROGRAMA NA EPE E NOVA EDIÇÃO NO ONS

Nos meses de outubro e novembro de 2017, a ELETROS esteve presente nas patrocinadoras EPE e ONS para levar informações importantes da Fundação por meio do Programa de Relacionamento com Participante – Espaço ELETROS.

Na EPE, o evento foi realizado no dia 05/10 quando foi apresentado a nova modalidade de empréstimo financeiro, destacando as mudanças e as vantagens.

Já no ONS, o Espaço ELETROS teve duração de três dias (de 14 a 16/11) e, além do novo módulo de concessão de empréstimo, foram abordados temas como: “benefícios de se realizar uma contribuição adicional”, “atualização dos dados cadastrais pelo Portal do Participante” e “vantagens de obter o Plano Eletros-Saúde”.

Em ambas as ocasiões, foram realizados atendimentos individualizados com os participantes.

NOVA MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO PARA PARTICIPANTES DO ONS E EPE

No final de 2017, a ELETROS lançou a nova modalidade de empréstimo financeiro com regras e vantagens

mais atraentes para todos os seus participantes e assistidos nas patrocinadoras EPE e ONS.

CICLO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS NAS PATROCINADORAS

A ELETROS realizou, ao longo de 2017, as apresentações de resultados em todas as patrocinadoras e nas associações. Foram realizadas sete apresentações em cada trimestre. A iniciativa, além de reforçar o compromisso da Fundação com a transparência, visa trazer mais proximidade com os participantes e assistidos.

REFORMULAÇÃO SITE CONVÊNIOS

No início de 2018, diversas funcionalidades foram implementadas na área de Convênios do site da ELETROS. O ambiente foi reformulado para torná-lo mais atraente, dinâmico e interativo.

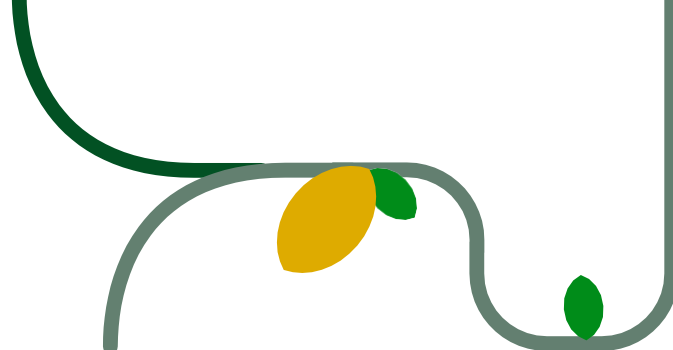
KAF VIDA – NOVO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FUNERAL

Em julho de 2017, a ELETROS passou a oferecer um novo serviço de assistência funeral – KAF VIDA, com melhor custo benefício, aos seus empregados e assistidos em substituição ao anterior (Afser). A Fundação arca com esse custo para os seus colaboradores e assistidos.

A Patrocinadora Eletrobras também passou a oferecer esse plano para seus empregados, arcando com os custos.

Cabe ressaltar que estão aptos para contratar o novo plano os ativos da Eletrobras e seus dependentes (cônjuges, companheiros, filhos e enteados), assim como empregados, assistidos e dependentes da Fundação com idade máxima de 65 anos completados até o dia da adesão.

Gestão Previdenciária



DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

Patrocinadora	Plano	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Autopatrocinados	BPD	TOTAL
ELETROBRAS	BD ELETROBRÁS	109	1095	355	1	15	1575
	CD ELETROBRÁS	734	318	45	31	49	1177
ONS	CV ONS	833	96	16	61	77	1083
EPE	CV EPE	275	15	0	26	22	338
CERON	CD CERON	577	9	4	8	15	613
CEPEL	BD ELETROBRÁS	76	210	55	0	4	345
	CD ELETROBRÁS	303	89	9	6	12	419
FUNDAÇÃO (ELETROS)	BD ELETROBRÁS	1	8	2	0	1	12
	CD ELETROBRÁS	119	16	6	13	12	166
TOTAL		3.027	1.856	492	146	207	5728

2. CRESCIMENTO

Evolução da Quantidade Absoluta de Participantes Ativos e Assistidos por Plano



Novas Adesões por Participantes por Plano



Aposentados e Pensionistas por Plano

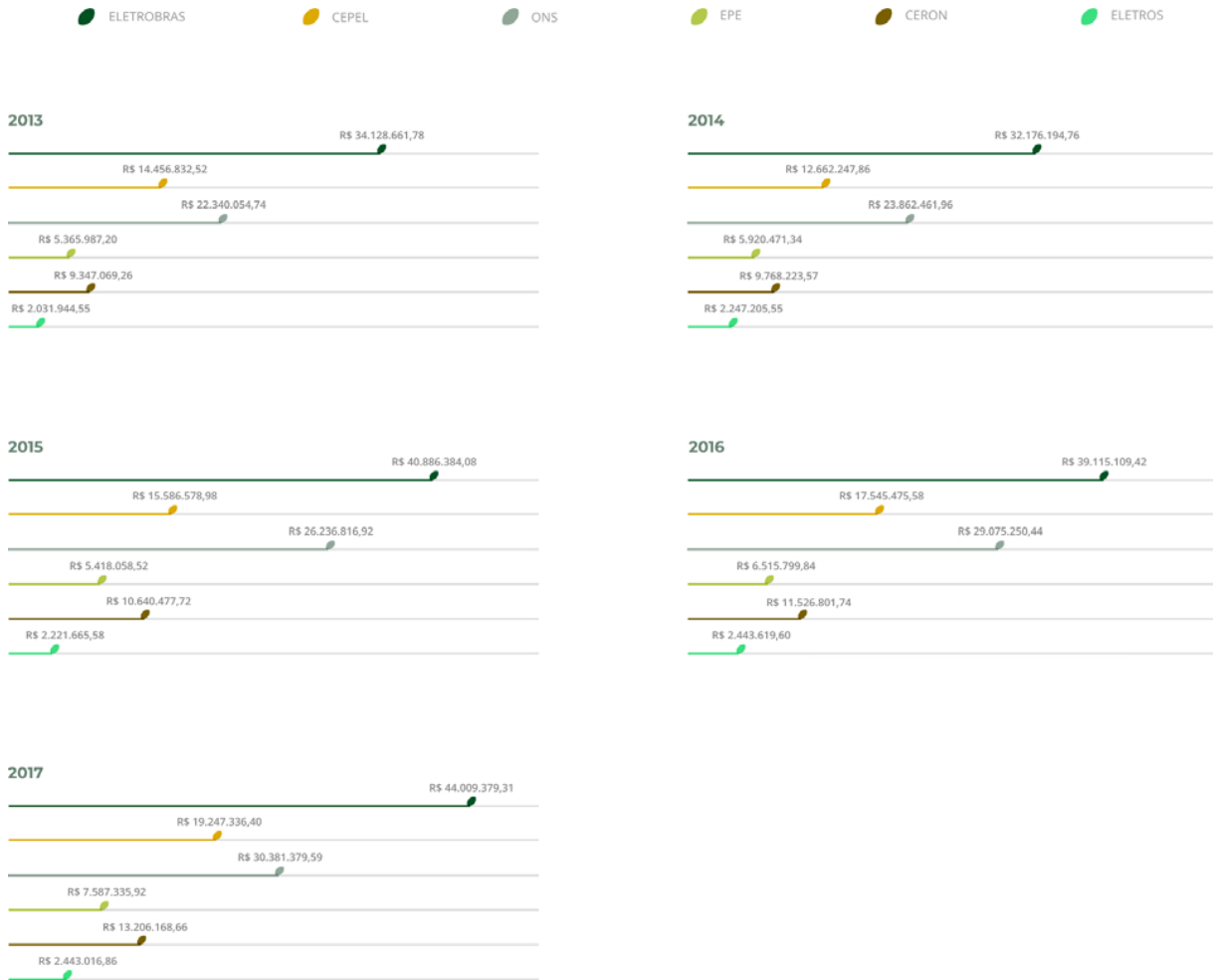
	2013	2014	2015	2016	2017
Plano CD ELETROBRÁS	268	410	426	441	483
Plano BD ELETROBRÁS	1721	1799	1767	1747	1725
Plano CV ONS	64	75	92	100	112
Plano CD CERON	4	4	7	14	13
Plano CV EPE	0	0	7	12	15
TOTAL	2057	2288	2299	2314	2348

Novas Opções de institutos por Plano em 2017

	Autopatrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
Plano CD ELETROBRÁS	14	8	3	3	25
Plano BD ELETROBRÁS	2	0	0	3	0
Plano CV ONS	13	17	4	3	15
Plano CV EPE	2	5	0	1	9
Plano CD CERON	1	0	0	0	3
TOTAL	32	30	7	10	52

3. VOLUMES OPERACIONAIS

Somatório de Contribuições Normais por Patrocinadora (R\$)



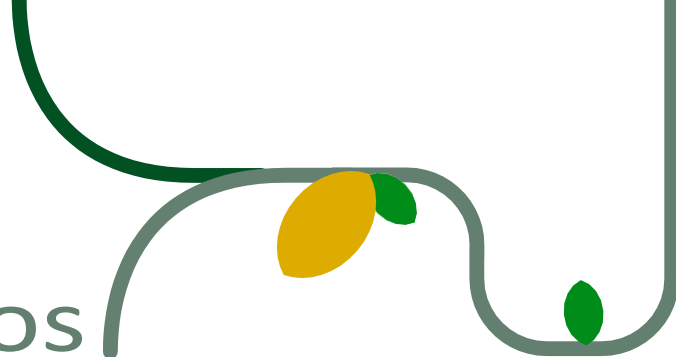
Somatório de Contribuições Adicionais por Patrocinadora (R\$)

	2015	2016	2017
Plano CD ELETROBRÁS	R\$ 231.636,39	R\$ 239.878,75	R\$ 443.883,59
Plano CV ONS	R\$ 2.846.771,77	R\$ 3.808.474,66	R\$ 3.951.014,38
Plano CV EPE	R\$ 166.985,85	R\$ 168.966,01	R\$ 94.609,22
Plano CD CERON	R\$ 23.413,76	R\$ 317.095,83	R\$ 25.573,14
TOTAL	R\$ 3.268.807,77	R\$ 4.534.415,25	R\$ 4.515.080,33

Somatório dos Benefícios Pagos por Plano (R\$)

	2013	2014	2015	2016	2017
Plano CD ELETROBRÁS	R\$ 18.060.057,18	R\$ 40.826.801,47	R\$ 51.564.590,21	R\$ 52.012.144,89	R\$ 63.522.681,32
Plano BD ELETROBRÁS	R\$ 163.041.394,04	R\$ 183.435.239,91	R\$ 208.920.262,23	R\$ 232.048.220,34	R\$ 243.731.822,68
Plano CV ONS	R\$ 1.329.102,31	R\$ 1.986.841,41	R\$ 3.592.516,63	R\$ 4.167.862,50	R\$ 6.778.012,22
Plano CD CERON	R\$ 20.467,02	R\$ 50.974,04	R\$ 99.345,74	R\$ 152.436,80	R\$ 349.092,40
Plano CV EPE	0	0	R\$ 196.586,00	R\$ 587.233,20	R\$ 737.676,47
TOTAL	R\$ 182.451.020,55	R\$ 226.299.856,83	R\$ 264.373.300,81	R\$ 288.967.897,73	R\$ 315.119.285,09

Gestão de Investimentos



1. COMENTÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS EM 2018

O cenário macroeconômico é importante para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente dos segmentos de renda fixa e de renda variável, os de maior participação no conjunto dos planos previdenciários administrados pela ELETROS.

Em 2017, a inflação em queda permitiu que o Banco Central reduzisse a taxa de juro Selic para níveis historicamente baixos, o que contribuiu para o crescimento da economia brasileira no ano.

O cenário externo continuou favorável para os países emergentes em geral e para o Brasil, em particular, sendo o fator principal para a valorização dos ativos financeiros, tanto de renda variável quanto de renda fixa.

A Política de Investimento possibilitou que a ELETROS continuasse a tirar proveito das oportunidades que o mercado de capitais voltou a oferecer em 2017, com a rentabilidade dos Planos e Perfis de Investimento superando as metas aprovadas para o exercício.

2. PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010 a ELETROS oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CDELETROBRÁS e CV ONS que possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na Cartilha Explicativa disponível no endereço eletrônico da ELETROS, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 2138-6000, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br – opção 2 ou na sede da Fundação.

3. CONJUNTURA ECONÔMICA ESPERADA PARA 2018

Ao analisarmos o conjunto das principais variáveis macroeconômicas do país, podemos deduzir que as perspectivas para 2018 são otimistas, mas o cenário externo continuará como fator mais importante para os resultados de 2018.

4. PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2018

O cenário mais provável adotado pela ELETROS é de que a situação internacional continuará positiva para o Brasil, embora menos favorável do que nos últimos anos. Pelo lado interno, a baixa taxa de juro Selic é importante para o crescimento econômico do país, mas ao mesmo tempo tende a reduzir a rentabilidade do segmento de renda fixa, o mais representativo dos nossos planos.

O segmento de renda variável é o segundo em importância no patrimônio, deverá apresentar uma rentabilidade real acima da renda fixa aproveitando-se do cenário externo favorável, mas não deverá repetir o expressivo desempenho de 2017.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada para 2018.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Conjuntura e Risco, enviado na forma reduzida para o e-mail cadastrado do participante e disponível na versão completa no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

O resultado dos planos e dos Perfis de Investimento é discutido com os participantes através das Apresentações Trimestrais, cujo conteúdo também está disponível no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

5. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2018

1. Introdução

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2018 (PI 2018) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade a saber, ao Plano BD ELETROBRÁS; ao Plano CD ELETROBRÁS, composto por Plano ELETROBRÁS CD SALDADO (BPDS) e Plano CD ELETROBRÁS PURO; ao Plano CV ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD CERON e ao Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

2. Metas de Rentabilidade

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2018:

	Exercício de 2018	Médio Prazo (2018 a 2020)	Longo Prazo (2018 a 2022)
Plano BD ELETROBRÁS	4,8%	5,2%	5,4%
Plano CD ELETROBRÁS PURO	3,6%	4,3%	4,7%
Plano CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	4,9%	5,3%	5,5%
Plano CV ONS	3,5%	4,1%	4,5%
Plano CV EPE	3,3%	4,0%	4,4%
Plano CD CERON	3,2%	4,0%	4,4%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	4,6%	5,1%	5,3%

3. Alocação de Ativos por Plano

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empréstimos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1. Alocação por Plano em Renda Fixa

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	54%	71%	92%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	50%	77%	89%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	48%	77%	88%
Plano CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	58%	75%	93%
Plano CV ONS*	56%	80%	88%
Plano CV EPE	61%	82%	90%
Plano CD CERON	61%	82%	90%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	100%	100%	100%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.2. Alocação por Plano em Renda Variável

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	5%	15%	20%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	9%	15%	28%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	10%	15%	30%
Perfil ELETROS do CD PURO**	10%	20%	30%
Plano CD SALDADO (BPDS)	5%	15%	20%
Plano CV ONS*	10%	15%	30%
Perfil ELETROS do CV ONS**	10%	20%	30%
Plano CV EPE	10%	15%	25%
Plano CD CERON	10%	15%	25%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

** Alocação em relação ao total do Perfil ELETROS.

Perfis de Investimentos

Perfis de Investimento (CD PURO ELETROBRÁS e CV ONS)	Alocação em Renda Variável
Perfil SUPER CONSERVADOR	0%
Perfil CONSERVADOR	15%
Perfil MODERADO	30%
Perfil AGRESSIVO	45%
Perfil ELETROS	De acordo com a PI 2018

3.3. Alocação por Planos em Imóveis

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	0%	7%	8%**
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	3%	6%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	3%	6%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	4%	6%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

** O limite de 8% poderá ser ultrapassado em razão de eventual valorização passiva da carteira atual, pois não há previsão de qualquer novo investimento no segmento.

3.4. Alocação por Planos em Operações com Participantes (Empréstimos)

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	3%	5%	10%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	2%	3%	10%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	2%	3%	10%
Plano CD SALDADO (BPDS)	2%	4%	10%
Plano CV ONS*	2%	3%	10%
Plano CV EPE	0%	1%	10%
Plano CD CERON	0%	1%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5. Alocação por Plano em Investimentos Estruturados

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	0%	1%	6%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	1%	4%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	1%	4%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	1%	4%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6. Alocação por Plano em Investimento no Exterior

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	1%	2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

O resultado dos planos e dos Perfis de Investimento é discutido com os participantes através das Apresentações Trimestrais, cujo conteúdo também está disponível no endereço eletrônico da ELETROS (www.eletros.com.br).

Alocação entre os Segmentos por Planos

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.375.575	71,24%	1.424.972	79,03%	423.478	80,98%	66.869	86,99%	71.434	87,66%	93.279	100,0%
Renda Variável	289.602	15,00%	265.888	14,75%	85.226	16,30%	9.067	11,80%	10.057	12,34%	--	--
Estruturados	13.228	0,69%	--	0,00%	--	0,00%	--	--	--	--	--	--
Imóveis	154.358	7,99%	58.431	3,24%	--	0,00%	--	--	--	--	--	--
Empréstimos	98.014	5,08%	53.761	2,98%	14.226	2,72%	933	1,21%	--	--	--	--
Consolidado	1.930.777	100,00%	1.803.052	100,00%	522.930	100,00%	76.869	100,00%	81.491	100,00%	93.279	100,00%

Rentabilidade Brutas dos Planos de Benefícios

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Atuarial	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 4,80%	Meta Referência	INPC + 6,50%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	9,32%	1,38%	10,49%	2,47%	10,61%	2,57%	10,63%	2,59%	10,59%	3,39%	9,51%	0,74%
Renda Variável	22,37%	13,48%	24,46%	15,41%	24,46%	15,41%	24,46%	15,41%	24,46%	16,35%	0,00%	--
Imóveis	3,37%	-4,14%	3,37%	-4,14%	0,00%	--	0,00%	--	0,00%	--	0,00%	--
Empréstimos	9,22%	1,29%	8,85%	0,94%	9,10%	--	8,92%	--	0,00%	--	0,00%	--
Inv. Estruturados	32,36%	22,74%	0,00%	-7,26%	0,00%	-7,26%	0,00%	-7,26%	0,00%	--	0,00%	--
Consolidado	10,94%	2,88%	11,99%	3,86%	12,61%	4,43%	12,13%	3,99%	12,00%	4,71%	9,51%	0,74%

Rentabilidade dos Perfis de Investimentos - Plano CD Eletrobrás

Segmentos	Agressivo		Moderado		Eletros		Conservador		Super conservador	
	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)
Renda Fixa	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%
Renda Variável	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	0,00%	-2,08%
Imóveis	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%
Empréstimos	8,77%	6,57%	8,77%	6,57%	8,77%	6,57%	8,78%	6,57%	8,78%	6,57%
Inv. Estruturados	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%
Consolidado	16,38%	14,02%	14,52%	12,20%	12,64%	10,36%	12,38%	10,10%	10,33%	8,10%

Rentabilidade dos Perfis de Investimentos - Plano CV ONS

Segmentos	Agressivo		Moderado		Eletros		Conservador		Super conservador	
	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)
Renda Fixa	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%
Renda Variável	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	0,00%	-2,03%
Imóveis	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%
Empréstimos	9,09%	6,88%	9,10%	6,89%	9,10%	6,89%	9,10%	6,89%	9,11%	6,90%
Inv. Estruturados	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%
Consolidado	16,65%	14,29%	14,54%	12,22%	12,29%	10,01%	12,59%	10,31%	10,57%	8,33%

Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada



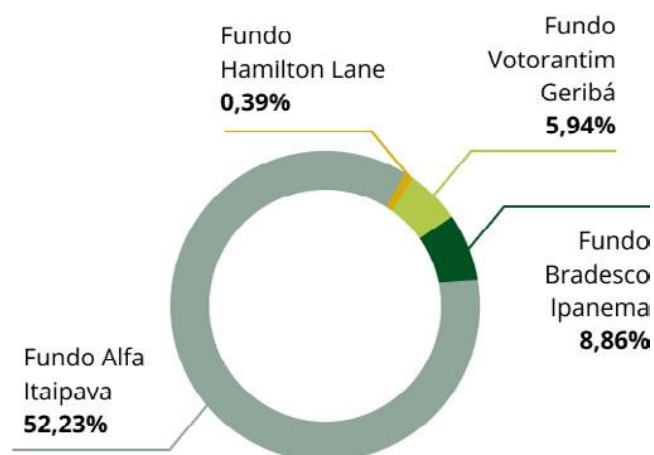
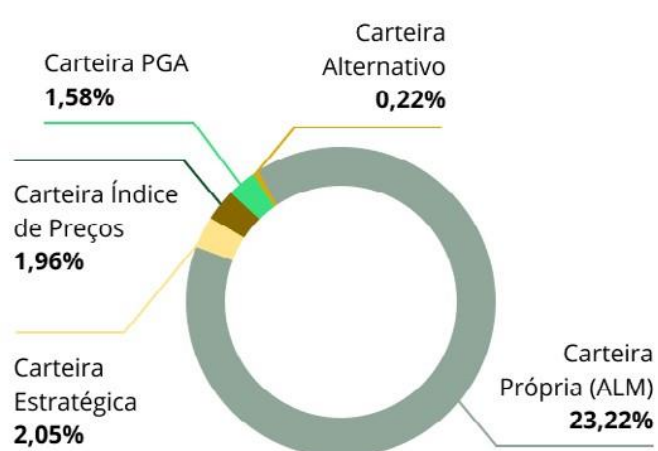
Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Variável

Carteira	R\$	% Total
Gestão Própria	328.439	49,78%
Gestão Terceirizada*	331.401	50,22%
Total Geral	659.840	100,00%
*Gap Arpoador	266.727	40,42%
*JGP Grumari	32.331	4,90%
*Apex São Conrado	32.343	4,90%



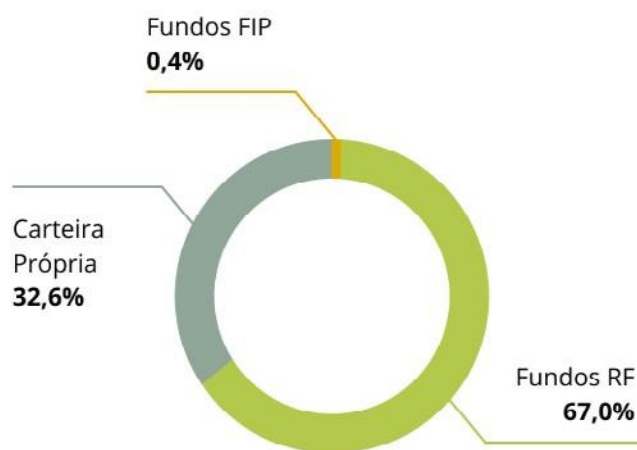
Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Fixa

Gestão Própria	R\$	% Total
Carteira Própria (ALM)	792.207	23,22%
Carteira Estratégica	69.862	2,05%
Carteira Índice de Preços	66.800	1,96%
Carteira PGA	54.063	1,58%
Carteira Alternativo	7.361	0,22%
Carteira Renda Vitalícia	1.933	0,06%
Carteira Saldado	119.517	3,50%
Gestão Terceirizada	R\$	% Total
Fundo Votorantim Geribá	202.643	5,94%
Fundo Bradesco Ipanema	302.071	8,86%
Fundo Alfa Itaipava	1.781.505	52,23%
Fundo Hamilton Lane	13.228	0,39%
TOTAL	3.411.190	100,00%



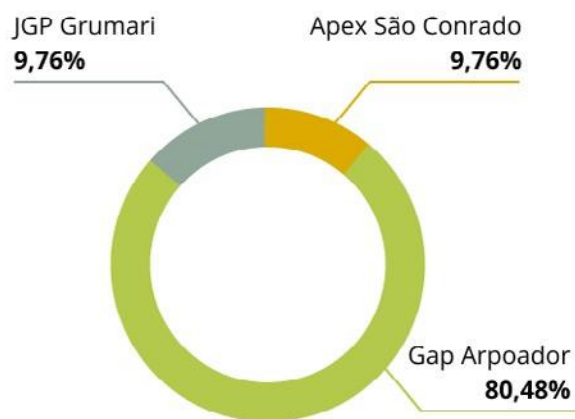
Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Segmentos Estruturados

Gestão Terceirizada	R\$	% Total
Carteira Própria	1.111.743	32,6%
Fundos RF	2.286.219	67,0%
Fundos FIP	13.228	0,4%
TOTAL	3.411.190	100%



Gestão Terceirizadas

Terceirizados	Financeiros(R\$ mil)	Participação(%)
Apex São Conrado	32.343	9,76%
Gap Arpoador	266.727	80,48%
JGP Grumari	32.331	9,76%
TOTAL DO MERCADO	331.401	100,00%
TOTAL GERAL	657.698	--



CAPÍTULO 5

Demonstrações Contábeis

Relatório anual

2 0 1 7

31 de Dezembro
2017 e 2016

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- ELETROS

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016**



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Déficit técnico acumulado do Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12.5.1 às demonstrações contábeis, que descreve que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o déficit do Plano de Benefícios BD Eletrobrás passou de R\$ 122.915 mil para R\$ 603.895 mil. Os déficits equacionados apurados nos exercícios de 31/12/2013 e 31/12/2015, que compõem substancialmente este saldo, foram atualizados para 31/12/2017 e terão os seus respectivos planos de equacionamento alterados por meio de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") entre ELETROS e PREVIC, a ser assinado até 31/12/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016
Disponível		33	2.474	Exigível operacional		17.050	16.940
Realizável		4.556.646	4.327.007	Gestão Previdencial	8	6.746	6.200
Gestão Previdencial	4	18.130	113.293	Gestão Administrativa	9	10.246	10.686
Gestão Administrativa	5	26.507	23.400	Investimentos		58	54
Investimentos	6	4.512.009	4.190.314	Exigível contingencial	10	33.452	30.139
Títulos Públicos	6.1	910.933	1.463.046	Gestão Previdencial		12.758	12.617
Créditos Privados e Depósitos	6.1	258.433	507.564	Gestão Administrativa		17.103	14.064
Ações	6.2	328.439	366.495	Investimentos		3.591	3.458
Fundos de Investimento	6.3	2.630.849	1.464.825	Patrimônio social	12	4.507.197	4.283.702
Derivativos		-	4.867	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.963.508	4.146.451
Investimentos Imobiliários	6.4	212.789	216.644	Provisões Matemáticas		4.963.508	4.277.031
Empréstimos		166.977	163.416	Benefícios Concedidos	12.1	3.372.186	3.282.538
Depósitos Judiciais/Recursois		3.589	3.457	Benefícios a Conceder	12.2	1.686.981	1.526.889
Permanente		1.020	1.300	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	12.3	(95.659)	(532.396)
Imobilizado		237	316	Equilíbrio Técnico		(607.847)	(130.580)
Intangível		783	984	Resultados Realizados		(607.847)	(130.580)
Gestão Assistencial	7	27.386	23.802	(-) Deficit Técnico Acumulado		(607.847)	(130.580)
Total do Ativo		4.585.085	4.354.583	Fundos	13	151.536	137.251
				Fundos Previdenciais	13.1	46.077	37.085
				Fundos Administrativos	13.2	93.504	89.930
				Fundos de Investimentos	13.3	11.955	10.236
				Gestão Assistencial		27.386	23.802
				Total do Passivo		4.585.085	4.354.583

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

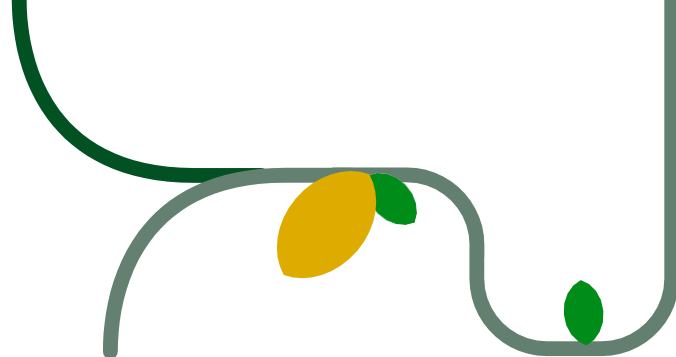
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

Pareceres



1. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial emitidos pela WILLISTOWERSWATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – BD ELETROBRÁS; no Parecer e Demonstrações Atuariais emitidos pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Variável – CV ONS, sobre o Plano EPE e no Parecer Atuarial sobre o Plano de Contribuição Definida – CD CERON, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

José Carlos Nunes Bianco

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Paula Prado Rodrigues Couto

2. RESUMO DA ATA (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NA 340ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADA EM 26/03/2018:

“PARA DELIBERAÇÃO: BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DA ELETROS DO EXERCÍCIO DE 2017– PREVIDÊNCIA – COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE- DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE: O CDE, à unanimidade dos presentes, com base na Apresentação da KPMG, na Proposta da Diretoria Executiva nº 005, de 20/03/2018, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios relativas ao exercício de 2017, que consideram a decisão tomada na 333ª Reunião do CDE de 01/12/2017, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, determinando que tais documentos sejam disponibilizados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e a informação seja disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.

PARA DELIBERAÇÃO: BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DO PLANO ELETROS-SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2017 – PLANO ELETROS-SAÚDE – COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE – Após feita a Apresentação em conjunto com a ELETROS, o CDE tomou a seguinte DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, com base na Proposta da Diretoria Executiva nº 005, de

20/03/2018, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (Eletros-Saúde), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, determinando que tais documentos sejam disponibilizados à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.”

“...DEMONSTRAÇÃO E PARECER ATUARIAL DO PLANO BD:

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano BD Eletrobrás e decisão do CDE tomada na 333ª Reunião, de 01/12/2017. Determinou que tal documento seja encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

“...DEMONSTRAÇÃO E PARECER ATUARIAL DO PLANO CV:

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CV Eletrobrás, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV Eletrobrás e decisão do CDE tomada na 333ª Reunião, de 01/12/2017. Determinou que tal documento

seja encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

PARA DELIBERAÇÃO: DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS INCLUINDO PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS CDs E CVs:

– DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CD Eletrobrás, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD Eletrobrás.

– DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CV ONS, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV ONS.

– DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano EPE, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano EPE.

– DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano CD CERON, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD CERON.

DETERMINAÇÃO DO CDE COMUM ÀS DEMONSTRAÇÕES/PARECERES ATURIAIS APROVADOS:

Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.”

Jailson José Medeiros Alves

Presidente

Alice Valderez de Andrade Salomão

Carol Sampaio Diogo de Siqueira

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

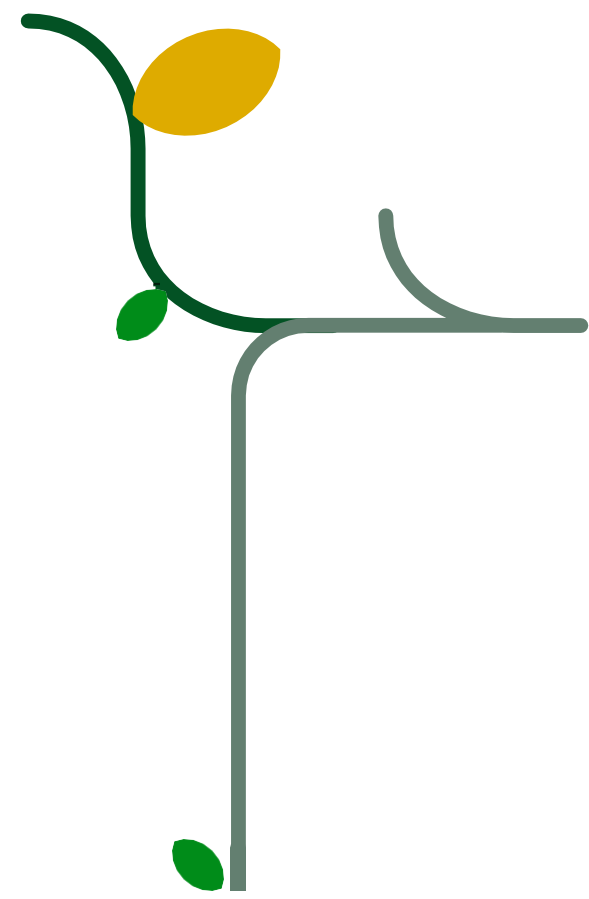
Paulo Sergio Petis Fernandes

Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira

Secretária-Geral (Especialista)

Assessoria aos Órgãos Estatutários

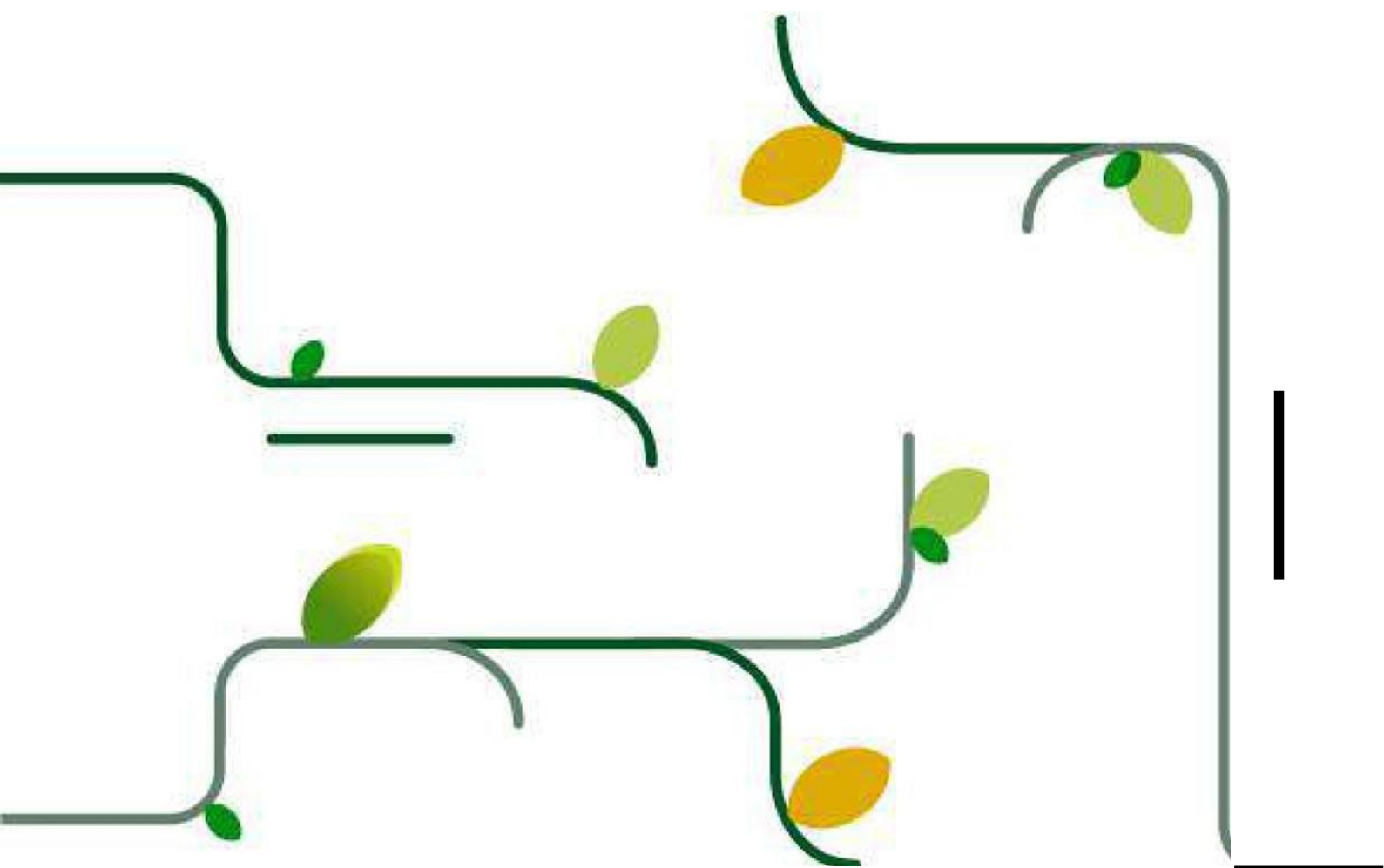


CAPITULO 6

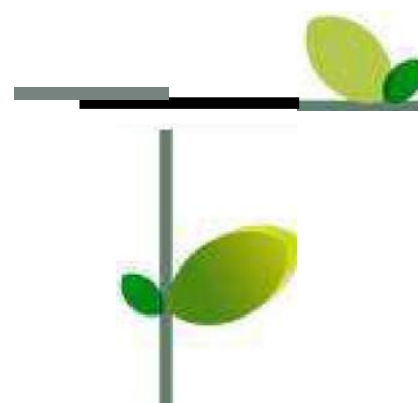
Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7



Parecer Atuarial por Plano
Plano BD ELETROBRÁS



Principais Informações do Parecer Anual

I. Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa Real Anual de Juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	97%	97%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic ¹	AT-2000 Basic ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas		
• Aposentados	Dependente vitalício mais novo informado	Dependente vitalício mais novo informado
• Pensionistas	Dependente vitalício e dependente temporário mais novos, e quantidade de dependentes informados	Dependente vitalício e dependente temporário mais novos, e quantidade de dependentes informados

Hipóteses Atuariais	2017	2016
• Benefícios a conceder	75% casados com mulher 4 anos mais nova que o homem	75% casados com mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ Segregada por sexo

Em 2017, assim como nos exercícios anteriores, a Willis Towers Watson foi contratada pela Eletros para analisar a aderência das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade à população de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, assim como a hipótese de crescimento real dos salários, visando atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC n° 18/2006 e da Instrução n° 23/2015. A Willis Towers Watson também efetuou estudo da taxa real anual de juros que deverá ser utilizada como taxa de desconto.

O estudo de aderência das demais hipóteses realizado em Outubro/2016 ainda se encontra válido, de acordo com o disposto no § 6º do Art.3º da Instrução nº23/2015.

Os estudos de aderência acima foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.924.831.109,32
Provisões Matemáticas	2.528.726.073,32
■ <i>Benefícios Concedidos</i>	2.405.001.177,00
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.405.001.177,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.999.469.571,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	405.531.606,00
■ <i>Benefícios a Conceder</i>	212.280.926,22
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	206.702.442,56
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	238.097.736,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(15.697.646,72)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(15.697.646,72)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.578.483,66
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.456.677,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(439.096,67)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(439.096,67)
■ <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(88.556.029,90)
– <i>Serviço Passado</i>	(63.890.954,51)
– Atividade Especial	(18.968.302,53)
– Artigo 61	(44.922.651,98)
– <i>Deficit Equacionado 2011</i>	(24.665.075,39)
– Patrocinadores	(8.187.839,94)
– Participantes	(2.184.324,62)
– Assistidos	(14.292.910,83)
Equilíbrio Técnico	(603.894.964,00)
■ <i>Resultados Realizados</i>	(603.894.964,00)

	Valores em R\$
- Deficit Técnico Acumulado	(603.894.964,00)
- Deficit Técnico 2013	(326.584.571,80)
- Deficit Técnico 2015	(209.557.988,80)
- Deficit Técnico 2017	(67.752.403,40)
■ <i>Resultados a Realizar</i>	0,00
Fundos	64.137.089,61
■ Fundo da Gestão Administrativa	57.421.885,14
■ Fundo dos Investimentos	6.715.204,47

Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a março de 2018 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2017. No período de abril de 2018 a março de 2019, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos tem o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Além das contribuições normais definidas acima, deverão ser efetuadas as seguintes contribuições extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, a vigorar a partir de abril/2018.

A sobrecarga administrativa de 3% incide sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Valores Mensais em R\$ (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2017
Serviço Passado – Eletrobras			
<i>Artigo 61</i>	1.981.070,63	2.040.502,75	2 anos
Deficit Equacionado 2011			
<i>Patrocinadoras</i>	361.080,40	371.912,81	2 anos

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor quando da aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que está sendo elaborado pela Eletros.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	% da Folha (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2017
Deficit Equacionado 2011				
<i>Participantes ativos</i>	1.155.933,90	3,48% ¹	3,59% ¹	2 anos
<i>Assistidos – não amparados artigo 61</i>	1.164.904,68	2,92% ²	3,00% ²	20 anos e 6 meses

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2017: R\$33.190.455.

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2017 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$39.947.789.

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobrás e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. O prazo remanescente de equacionamento em 31/12/2017 é de 2 anos para o deficit apurado em 2011, conforme o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a

Eletros. As contribuições foram apuradas considerando esse prazo e a taxa de juros de 5,65% a.a., e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes ao deficit paritário equacionado de 2011 de responsabilidade das patrocinadoras foram apuradas considerando o prazo remanescente de equacionamento em 31/12/2017 de 2 anos.

Os valores apresentados na Tabela 3 referentes às contribuições da patrocinadora deverão ser atualizados mensalmente pela variação da URE.

Adicionalmente, a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – Atividade Especial na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos é de 2 anos em 31/12/2017, conforme determinado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, resultando na contribuição de 3,48% do salário real de contribuição, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Assistidos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 20 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2017, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2014, resultando na contribuição de 2,92% da folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61, não considerando os pensionistas.

Autopatrocinados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve contribuir com as contribuições relativas à parcela de benefícios a conceder do deficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a 1,17% sobre o respectivo salário real de contribuição.

A sobrecarga administrativa de 3% incidirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Apresentamos na Tabela 4 a seguir, o comparativo dos percentuais indicados para 2017 com os que deverão ser praticados em 2018, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do artigo 61, incluindo as contribuições para despesa administrativa:



Tabela 4 - Taxas de Contribuição em % da folha de participação/benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
<i>Patrocinadoras</i>		
Normal	14,24% ¹	14,04%
Deficit Equacionado 2011	13,45% ¹	14,46%
Contribuição Total das Patrocinadoras	27,69%	28,50%
<i>Participantes Ativos</i>		
Normal	14,24% ¹	14,04%
Deficit Equacionado 2011	3,59% ¹	4,09%
Contribuição Total dos Participantes Ativos	17,83%	18,13%
<i>Participantes Assistidos</i>		
Normal	7,83% ³	8,26%
Deficit Equacionado 2011	3,00% ⁴	3,30%
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	10,83%	11,56%

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2017: R\$33.190.455.

³ Percentual apurado com base folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2017 (não considerando os pensionistas): R\$199.197.714.

⁴ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2017 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$39.947.789.

Os percentuais referentes à amortização dos deficits de 2013 e 2015 não estão sendo apresentados, uma vez que os mesmos serão revistos conforme o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que está sendo elaborado pela Eletros.

IX – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, informamos que o plano apresentou em 31/12/2017 um Deficit Técnico Acumulado no valor de R\$603.894.964,00. Deste deficit, R\$326.584.571,80 e R\$209.557.988,80 são referentes aos deficits equacionados de 2013 e 2015, respectivamente, cujo custeio será revisto conforme o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que está sendo elaborado pela Eletros. O restante do deficit no valor de R\$67.752.403,40 é inferior ao limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CNPC nº 22/2015.

O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e daquele que será apresentado no TAC. É imprescindível a aprovação do TAC encaminhado para a Previc para que fiquem canceladas as regras de equacionamento dos deficits atuais e de eventuais supervenientes.

A aumento do deficit técnico em 31/12/2017 quando comparado ao deficit técnico de 31/12/2016 decorre principalmente da manifestação da SEST e PREVIC para rever os deficits equacionados de 2013 e 2015, alocados em deficit técnico até a aprovação do TAC. Os valores dos deficits equacionados de 2013 e 2015 foram evoluídos para 31/12/2017 sem considerar as contribuições pagas para os mesmos e pela meta atuarial.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

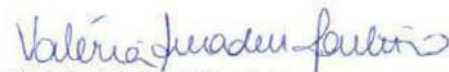
Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018



Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930



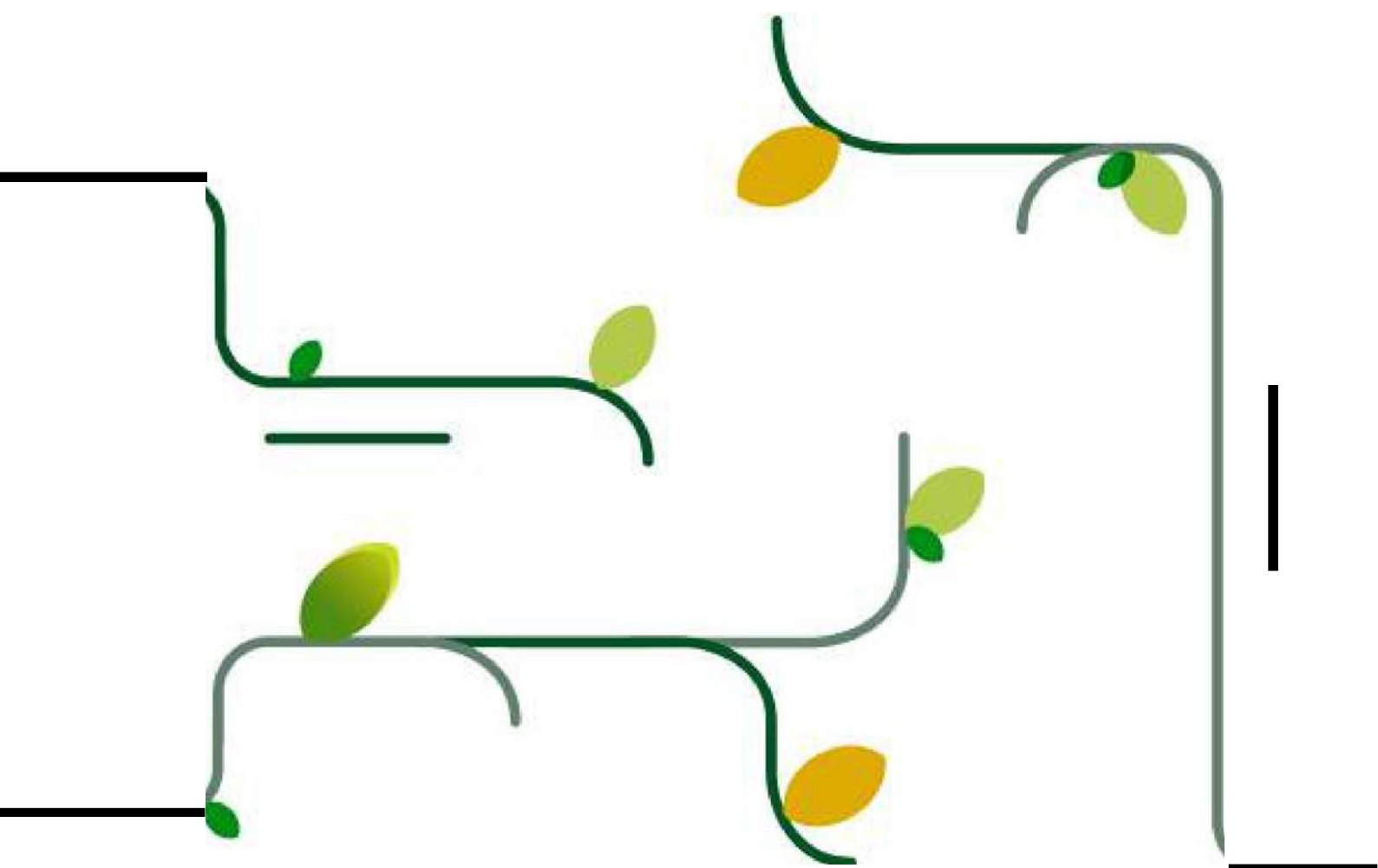
Valéria Amadeu Monteiro
MIBA nº 846

CAPITULO 6

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7



Parecer Atuarial por Plano
Plano CDELETROBRÁS

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS- 31/12/2017

Plano CD ELETROBRÁS- CNPB: 2006.0015-74

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 32 e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido salgado	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira



Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A "Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas" é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da "Parcela BPDS".

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

A hipótese de taxa real de juros de 5,65% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 5,25% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (12,09%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (7,84%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "CD Puro ELETROS" onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. A rentabilidade desse Patrimônio foi de 11,06% e, também, superou a meta atuarial (7,84%). Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Empréstimos e Imóveis foram positivos em 24,46%, 10,63%, 8,77% e 3,37%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "CD Puro ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 22,60% (11,30% para os participantes e 11,30% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 21,94% (10,97% para os participantes e 10,97% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas

nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00 %. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2018 de 4,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 2,00%, a partir de abril de 2018, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Resultado apurado no exercício:

O resultado positivo no exercício relativo à "Parcela Renda Vitalícia" em 31/12/ 2017, no valor de R\$ 163.672,04 (I), ocorreu devido à existência de superávit no encerramento do exercício de 2016. Destacamos que o resultado positivo dessa Parcela seria ainda maior caso a premissa de taxa real de juros não fosse alterada de 5,65% a.a. para 5,25% a.a., conservadoramente, haja vista que a rentabilidade do Plano superou a meta atuarial em 2017.

O resultado negativo no exercício relativo à "Parcela BPDS" em 31/ 12/ 2017, no valor de R\$ 4.11 5.941,87 (II), ocorreu devido à existência de déficit no encerramento do exercício de 2016. Destacamos que o resultado negativo dessa Parcela seria ainda maior caso rentabilidade do Plano não tivesse superado a meta atuarial em 2017, uma vez que, nesse exercício, a premissa de taxa real de juros foi alterada de 5,65% a.a. para 5,25% a.a., conservadoramente.

Em linha com o Art. 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008, e utilizando a planilha disponibilizada pela PREVIC, através da Portaria nº 80, de 26 de janeiro de 2018, foi apurado o Ajuste de Precificação positivo no valor de R\$ 15.045.333,09 (III). Em seguida, foi possível calcular o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo (IV), somente "Parcela BPDS", no valor de R\$ 10.929.3 91,22(III - II).

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (IV), somente "Parcela BPDS", é positivo, entende-se que Déficit Técnico Acumulado dessa Parcela (II) é conjuntural e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão no exercício de 2018.

Destacamos que o Equilíbrio Técnico negativo apurado no encerramento do exercício de 2017 no valor de R\$ 3.952.269,83 (V) corresponde ao somatório dos Superávits / (Déficits) das Parcelas "Renda Vitalícia" e "BPDS" do Plano CD Eletrobrás (I e II). Enquanto o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo, em 31/12/2017, do Plano CD Eletrobrás, no valor de R\$ 11.093.063,26, corresponde ao somatório Equilíbrio Técnico negativo (V) e do Ajuste de Precificação positivo (III) supracitados.



Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

Conclusão:

A "Parcela CV" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a "Parcela Renda Vitalícia" encerrou o exercício de 2017 com superávit de R\$ 163.672,04, enquanto a "Parcela BPDS" encerrou este mesmo exercício com Déficit Técnico Acumulado de 4.115.941,87, resultando no Equilíbrio Técnico negativo apurado no valor de R\$ 3.952.269,83 para o Plano CD Eletrobrás.

No entanto, tendo em vista a apuração de Ajuste de Precificação positivo, posicionado em 31/12/2017, no valor de R\$ R\$ 15.045.333,09, foi apurado (nessa data) Equilíbrio Técnico Ajustado positivo no valor de R\$ 11.093.063,26. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2017 é conjuntural, haja vista o Ajuste de Precificação, e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar plano para equacionamento de déficit.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

CAPITULO 6

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7



Parecer Atuarial por Plano
Plano CV ONS

PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS - 31/12/2017

Plano CV ONS - CNPB: 2000.005 6-8 3

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio -doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.



Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 5,65% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 5,25% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (11,74%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (7,84%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS ELETROS", onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 24,46%, 10,63% e 9,10%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "ONS ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,99%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,95%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,48% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,49% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa equivale a 3,00% das contribuições normais de participante e Patrocinador, sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Analisando os dispêndios anuais relativos ao pagamento dos benefícios de auxílio-doença nos últimos 5 anos, indicamos que é razoável o ajuste no custeio para cobertura desse risco de 0,30% para 0,25%, incidentes sobre o salário para fins de contribuição. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da

vigência deste plano de custeio (abril de 2018), serão de 1,07% de responsabilidade da Patrocinadora (0,25% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante, em consonância com estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

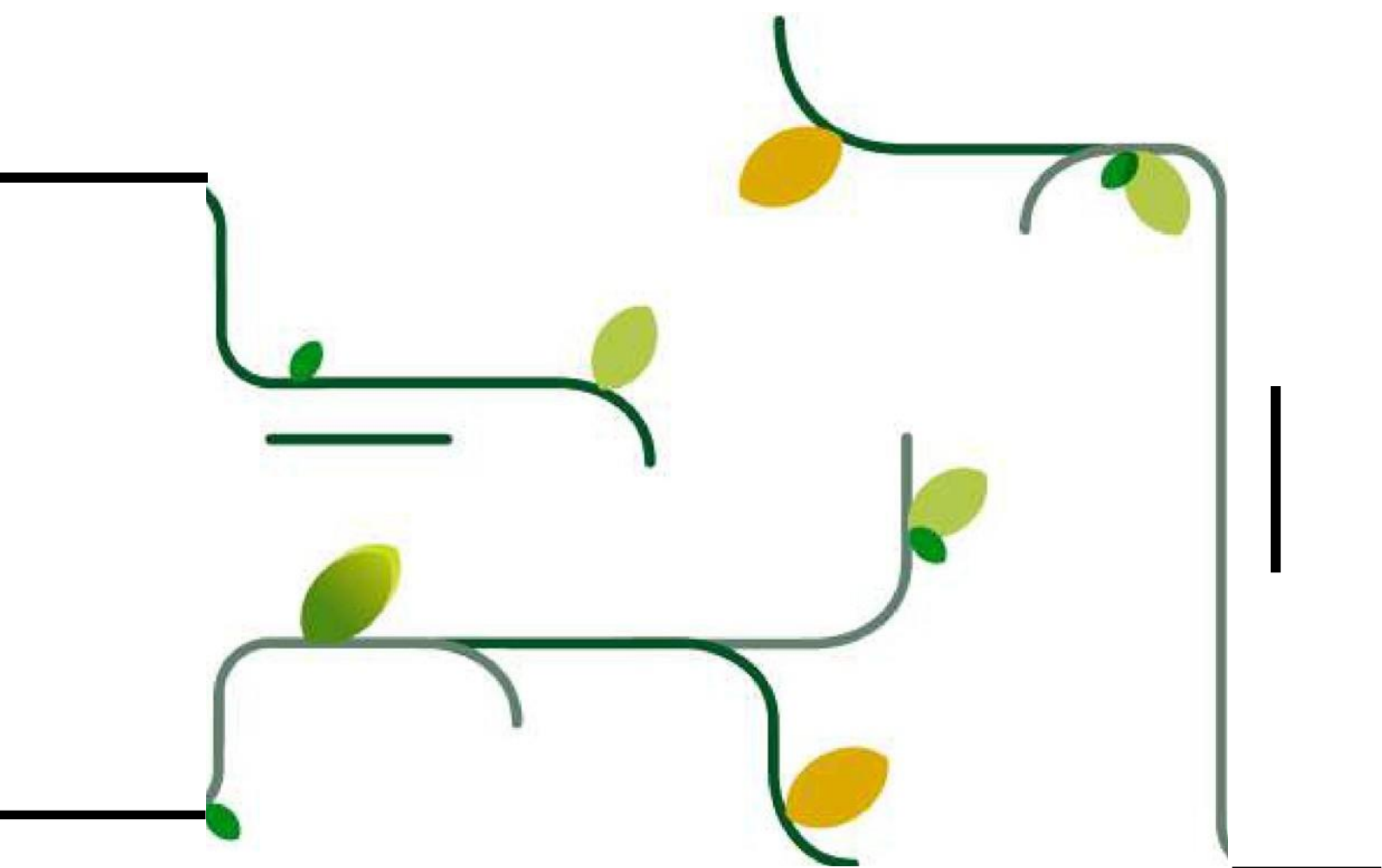
Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

CAPITULO 6

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7



Parecer Atuarial por Plano
Plano CV EPE



PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE- 31/ 1 2/ 2017

Plano EPE - CNPB: 200 9. 00 29-38

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

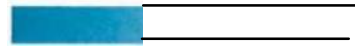
Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.



Hipóteses atuariais:

Premissa :	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 5,65% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 5,25% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (12,13%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (7,84%). Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 24,46%, 10,63% e 8,92%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,80% (6,90% para os participantes e 6,90% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,60% (6,80% para os participantes e 6,80% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 10,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Há previsão de que no ano de 2018 será permitida aos participantes e assistidos a escolha de perfis de investimentos. Para aqueles que optarem por migrar do perfil "EPE ELETROS" para qualquer um dos demais perfis que forem criados, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais poderá ser revista, bem como a incidência de taxa de administração sobre os investimentos.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2017 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



CAPITULO 6

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7

Parecer Atuarial por Plano
Plano CDCERON

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON - 31/12/2017

Plano CD **CERON** - CNPB: 2011.0015-11

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuaria I de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.



Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,40%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 4,80% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 4,40% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (11,13%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 4,80% (6,97%). Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 24,46% e 10,59%, respectivamente (valores nominais).



Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,88% (7,94% para os participantes e 7,94% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,60% (7,80% para os participantes e 7,80% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,80% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 280,39 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

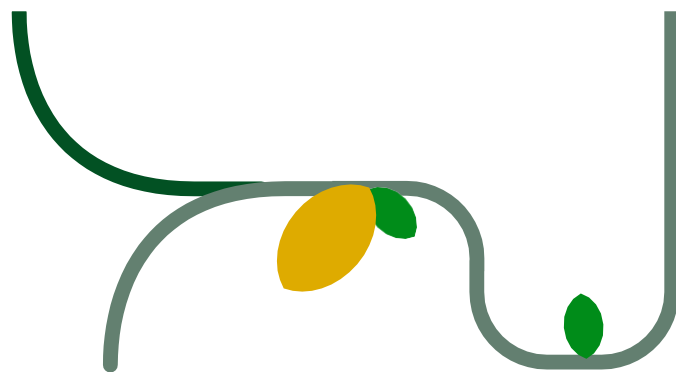
Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial



CAPÍTULO 7

Despesas

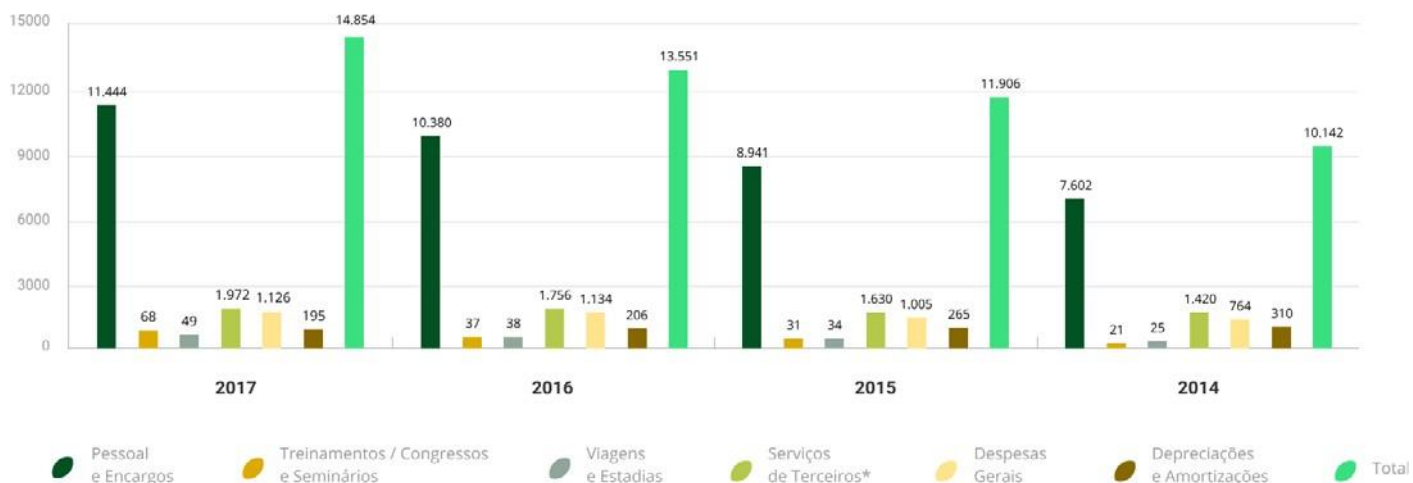


CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)

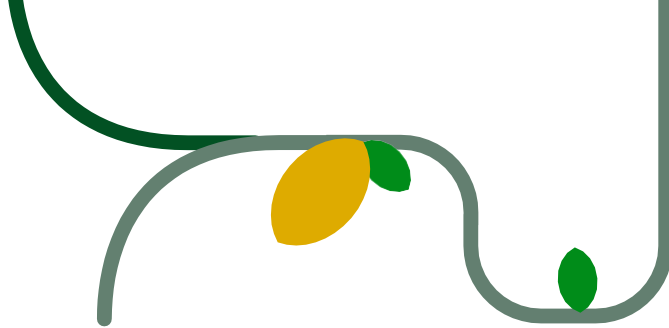
Despesas Diretas de Investimentos	Total	Fundos RF	Fundos RV	Carteira própria	Estruturado
Controladoria	81	50	5	26	0
Gestão	2.022	310	1.455	17	240
Custódia	395	199	21	174	1
CVM	184	129	53	0	1
CETIP	287	81	54	150	3
CBLC	18	0	7	11	0
SELIC	81	51	3	27	0
ANBIMA	22	14	8	0	0
Taxa de Bolsa	2.345	5	1.604	736	0
Cartório	2	1	1	0	0
Auditoria	18	13	5	0	0
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	13	0	5	1	7
TOTAL	5.468	853	3.221	1.142	252

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)



* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Análise de Riscos nos Investimentos.

Eletros-Saúde



APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por desafios para o Eletros-Saúde e para o mercado de saúde suplementar, como um todo. A tendência de queda do número de beneficiários de planos de saúde, em função da crise econômica e aumento do índice de desemprego, foi mantida. Para o Eletros-Saúde, não foi diferente, e a operadora acumulou uma perda de cerca de 3% do número de vidas, no período, sendo a maior concentração deste contingente no plano de Assistidos.

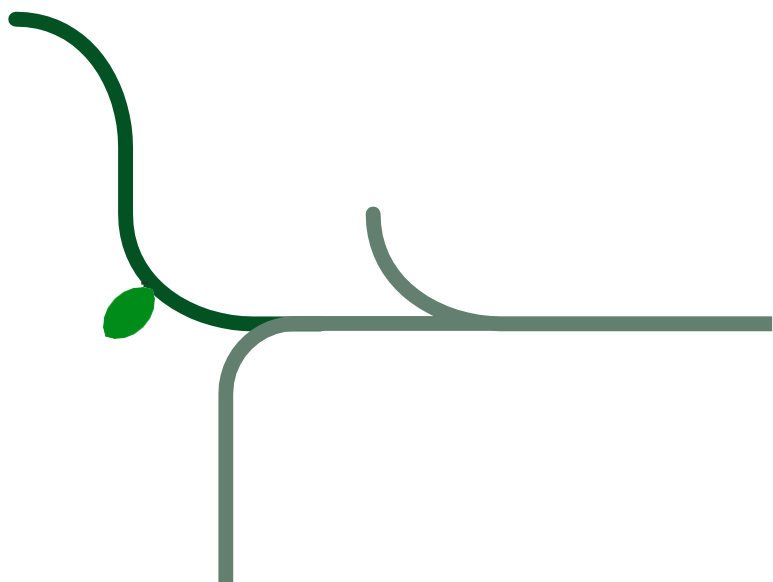
Embora a inflação oficial tenha fechado o ano em baixa, o índice que mede a inflação do setor, VCMH – Variação dos Custos Médicos Hospitalares – fechou 2017 na ordem de 19%. Esta variação elevada é reflexo do incremento de novas tecnologias na área médica e cirúrgica, do aumento da utilização de materiais e medicamentos, que apresentam ano após ano custos extremamente elevados, além do aumento de coberturas mínimas no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a cada dois anos.

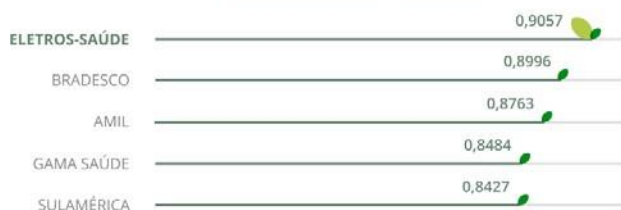
As autogestões ainda têm um fator de risco mais agravante com relação à sinistralidade que é a elevada faixa etária de sua população, com uma distribuição desfavorável, em especial no Plano de Assistidos, que hoje é formado majoritariamente por usuários com mais de 60 anos (90%), número muito superior à média das operadoras de saúde suplementar no mercado nacional (13%).

A fim de promovermos uma oxigenação e uma redução no desequilíbrio etário, reforçamos a importância dos usuários titulares recomendarem e incentivarem a adesão de seus familiares ao Eletros-Saúde Família,

em especial os mais jovens, como filhos que perderam a condição de dependência, sobrinhos, netos, entre outros. A importância desta oxigenação é que o mutualismo existente entre os planos de pré-pagamento garante o equilíbrio financeiro à operadora, em função da alta sinistralidade do plano de aposentados.

Mesmo diante de todos estes desafios e da judicialização enfrentada nos últimos dois anos, o Eletros-Saúde vem obtendo êxito na gestão do plano, constituindo as garantias financeiras exigidas pela ANS sem apresentar déficit, e apresentando excelentes resultados nas avaliações realizadas pelo órgão regulador. Em 2017, ficou novamente classificado entre os melhores planos do Brasil, de acordo com o IDSS – Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, o Eletros-Saúde está à frente das principais referências de mercado, como Bradesco Saúde, Sulamérica e Amil e foi também reconhecido como sendo o melhor entre os planos do setor elétrico, superando planos como Cemig Saúde, Elosaúde, Fachesf, Funcesp, E-vida, entre outros. Veja as classificações no gráfico na página a seguir.



IDSS 2017 / Ano Base 2016
Eletros-Saúde x MercadoIDSS 2017 / Ano Base 2016
Eletros-Saúde x Setor Elétrico

Este resultado demonstra que nossos esforços em busca da excelência na prestação dos serviços e da satisfação dos usuários têm nos direcionado ao caminho certo!

Objetivando a melhoria contínua na prestação de serviços, o Eletros-Saúde tem investido em tecnologia, profissionalização da equipe, assim como na busca do atendimento de qualidade aos usuários. No início de 2017, o novo Portal do Eletros-Saúde foi lançado ofertando acesso a uma série de autosserviços, por meio da Área do Beneficiário, assim como o aplicativo móvel foi atualizado, incorporando novas funcionalidades.

Por meio destes ambientes, agora é possível otimizar alguns processos e evitar o deslocamento até a nossa Central de Atendimento. O reembolso online é o principal novo serviço disponibilizado e conferiu agilidade e maior facilidade à solicitação do reembolso, sendo objeto de enorme satisfação de nosso público. A carteira virtual e a atualização cadastral também foram ganhos importantes.

Seguiremos buscando, em 2018, soluções gerenciais e técnicas para aprimoramento do plano, com a certeza de que nossos usuários desfrutem de atendimento assistencial de excelente qualidade.

Agradecemos pela sua confiança!

Rogério Braz

Superintendente do Eletros-Saúde

ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS

1. NÚMEROS DE USUÁRIOS EM 2017



ELETROBRAS

3.161



CEPEL

CEPEL

1.407



FUNDAÇÃO

272



ASSISTIDOS

1.670



ESSENCIAL

36



FAMÍLIA

784

2. ELETROBRAS E CEPEL

ELETROBRAS

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	276	277	553
19 a 23 anos	83	81	164
24 a 28 anos	38	32	70
29 a 33 anos	53	31	84
34 a 38 anos	165	161	326
39 a 43 anos	151	146	297
44 a 48 anos	118	89	207
49 a 53 anos	137	115	252
54 a 58 anos	176	139	315
59 a 110 anos	453	440	893
TOTAL	1650	1511	3161

CEPEL

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	118	109	227
19 a 23 anos	40	44	84
24 a 28 anos	16	23	39
29 a 33 anos	32	27	59
34 a 38 anos	36	30	66
39 a 43 anos	42	33	75
44 a 48 anos	53	38	91
49 a 53 anos	75	47	122
54 a 58 anos	105	95	200
59 a 110 anos	216	228	444
TOTAL	733	674	1407

Fundação

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	31	37	68
19 a 23 anos	7	8	15
24 a 28 anos	6	4	10
29 a 33 anos	11	11	22
34 a 38 anos	16	14	30
39 a 43 anos	19	13	32
44 a 48 anos	15	12	27
49 a 53 anos	13	13	26
54 a 58 anos	21	10	31
59 a 110 anos	1	10	11
TOTAL	140	132	272

Vinculados / Família

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	69	59	128
19 a 23 anos	6	5	11
24 a 28 anos	68	66	134
29 a 33 anos	57	75	132
34 a 38 anos	75	59	134
39 a 43 anos	63	52	115
44 a 48 anos	43	29	72
49 a 53 anos	16	14	30
54 a 58 anos	7	2	9
59 a 110 anos	15	4	19
TOTAL	419	365	784

Assistidos

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	11	17	28
19 a 23 anos	10	23	33
24 a 28 anos	4	6	10
29 a 33 anos	1	1	2
34 a 38 anos	3	3	6
39 a 43 anos	3	3	6
44 a 48 anos	7	3	10
49 a 53 anos	15	--	15
54 a 58 anos	44	17	61
59 a 110 anos	823	676	1499
TOTAL	921	749	1670

Essencial

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
59 a 110 anos	29	7	36
TOTAL	29	7	36



CONSULTA
POR BENEFICIÁRIO

6,27



EXAMES
POR BENEFICIÁRIOS

29,16

	Custo	Taxa de utilização	Sinistralidade
Assistidos	R\$ 32.566.787,00	94,79%	98%
Família	R\$ 2.770.848,00	86,42%	42%
Fundação	R\$ 1.502.753,00	92,83%	68%

3. NÚMERO DE ATENDIMENTOS



ATENDIMENTO
TELEFÔNICO
32.880



ATENDIMENTO
PRESENCIAL
6.289



ATENDIMENTO
POR CORREIO
2.117



ATENDIMENTO
POR E-MAIL
5.208



TOTAL
DE ATENDIMENTOS
46.494

4. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE auditadas, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

José Carlos Nunes Bianco

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Paula Prado Rodrigues Couto

CAPÍTULO 9

Demonstrações Contábeis

Relatório anual

2 0 1 7'

31 de Dezembro
2017 e 2016

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- Eletros

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016**



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Eletros-Saúde de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Eletros-Saúde continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Eletros-Saúde ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Eletros-Saúde são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Eletros-Saúde.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Eletros-Saúde. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Eletros-Saúde a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo Circulante		22.612	19.961	Passivo Circulante		15.838	13.986
Disponível	4	12	111	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	5.390	4.859
Banco conta Depósitos		12	111	Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		13	-
				Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.693	1.604
				Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.684	3.255
Realizável		22.599	19.851	Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	3.358	3.202
Aplicações Financeiras	5	18.871	17.044	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		3.358	3.202
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	6.489	5.919	Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	687	730
Aplicações Não Vinculadas	5.2	12.382	11.125	Provisões		6.403	4.203
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.484	1.320	Provisões para Ações Judiciais	15	5.223	4.203
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.338	1.292	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	550	407
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		146	28	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	590	544
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	7	660	436	Débitos diversos		40	40
Bens e Títulos a Receber	8	1.584	1.051				
Ativo Não Circulante		4.775	3.840	Passivo Não Circulante		2.498	3.031
Realizável a longo prazo				Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	2.498	3.031
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	4.722	3.840	Patrimônio Social	17	9.050	6.785
Imobilizado				Patrimônio Social		1.849	1.849
Imobilizado de Uso Próprio		47	-	Superávit Acumulado		7.201	4.936
Intangível				Total do Passivo		27.386	23.802
Ativo Intangível	6	-	-				
Total do Ativo		27.386	23.802				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração do resultado

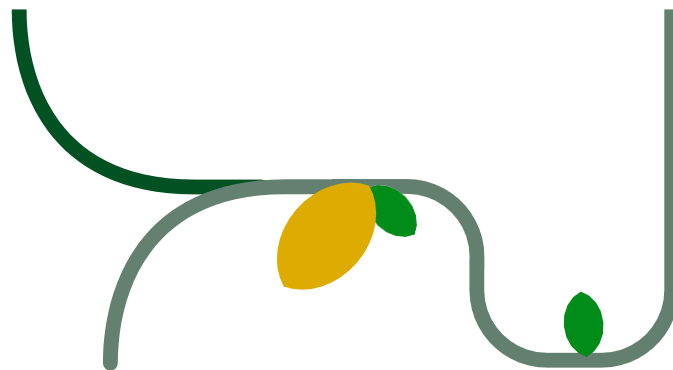
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	83.444	75.663
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	83.828	76.004
Contraprestações Líquidas	83.828	76.004
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(384)	(341)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(79.141)	(70.349)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(78.712)	(69.995)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(75.029)	(66.511)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.683)	(3.484)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(429)	(354)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.303	5.314
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	4.903	4.339
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	1.029	812
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	623	556
Outras Receitas Operacionais	406	256
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	255	(637)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	-	(1)
Provisão/Reversão para Perdas Sobre Créditos	255	(636)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(397)	(86)
Resultado Bruto	10.093	9.742
Despesas Administrativas	(9.622)	(10.276)
Resultado Financeiro	1.794	1.836
Receitas Financeiras	2.014	2.312
Despesas Financeiras	(220)	(476)
Superávit do exercício	2.265	1.302

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Administração



Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS E FISCAL EM 31/12/2017

Diretoria Executiva - DEE

Membros	Cargo	Período de Gestão
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23/09/2016 a 22/09/2019
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23/09/2016 a 22/09/2019
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06/01/2017 a 05/01/2020

Os membros da Diretoria Executiva estão no exercício de seus segundos mandatos.

Diretoria Deliberativo - CDE

Membros	Suplentes	Período de Gestão	Forma de Participação
Jailson José Medeiros Alves - Presidente (*)	Rodrigo Madeira Henrique de Araújo (**)	07/07/2017 a 30/06/2019	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	Paulo Sergio Petis Fernandes	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleitos - Assistidos
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	-- (***)	10/02/2017 a 21/11/2020	Eleitos - Ativos/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação CEPEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleitos - Ativos
Alice Valdez de Andrade Salomão	Marcio Kennedy de Almeida	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

(*) Em virtude da renúncia por sua antecessora em 28/06/2017, dando seguimento ao mandato já iniciado anteriormente.

(**) Dando seguimento ao mandato já iniciado anteriormente por seu antecessor.

(***) Considerando a renúncia do suplente Sergio Mendes de Azevedo Tinoco em 10/10/2017.

Conselho Fiscal - CFE

Membros	Suplentes	Período de Gestão	Forma de Participação
José Carlos Nunes Bianco - Presidente (*)	--	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleito - Ativos
Orsino Borges de Oliveira Filho até 14/11/2017	--		
Hiram Carneiro Toledo dos Santos até (***)	--	De fevereiro de 2017 a 13/11/2017 (como suplente) 14/11/2017 a 21/11/2020 (como efetivo)	Eleitos - Assistidos
Paula Prado Rodrigues Couto	-- (***)	01/07/2015 a 30/06/2019	Indicação Eletrobras
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Gustavo Botrel Coutinho de Melo (**)	01/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

(*) Desde 01/02/2017.

(**) De 02/06/2017 a 21/11/2020.

(***) A partir de 14/11/2017 o Conselheiro Hiram Carneiro Toledo dos Santos passou a ser membro efetivo, já que o Conselheiro Orsino Borges de Oliveira Filho foi indicado a Diretor do CEPEL, o que é impeditivo para o cargo de Conselheiro, conforme Estatuto da ELETROS.

EVENTO SUBSEQUENTE:

(****) considerando a renúncia do suplente Pedro Paulo da Cunha em 30/01/2018.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2017, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2017, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES/APROVAÇÕES:

- aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2017 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2017/ Planos de Custeio amparados nos respectivos pareceres atuariais;
- acompanhamento do assunto Planos de Equacionamentos dos Déficits do Plano BD – Eletrobrás. Com o recebimento do Parecer da PREVIC 42/2017, foram intensificados estudos técnicos, reuniões na PREVIC, envidados todos os esforços para melhor solução para a questão;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS para o triênio 2017 a 2019;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde para o biênio 2017 a 2018;

- aprovação da revisão da Política de Compliance;
- aprovação da revisão do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
- aprovação da revisão das Normas de Empréstimos;
- aprovação, a pedido da Patrocinadora CERON, da alteração do Regulamento do Plano CD CERON, sendo necessárias as aprovações nas demais instâncias competentes;
- aprovação do aperfeiçoamento do critério para o cálculo das taxas de juros a serem aplicadas nos empréstimos financeiros;
- aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD – Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD-Eletrobrás, CD-CERON, CV-ONS e CV-EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2017;
- acompanhamento do retrofit do Edifício Mário Bhering para locação à Eletrobras;
- ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- aprovação do orçamento da ELETROS para 2018, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;
- acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
- aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2018;
- aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- aprovação da Política de Investimento para 2018 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;
- considerando a Carta ELETROBRAS CTA-DJ-2622/17, Parecer da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC 42/2017, e demais procedimentos, após estudos técnicos e reuniões na PREVIC, ocorreu a aprovação, por maioria, da implantação, com a maior brevidade, das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e PREVIC, de forma a atender a legislação aplicável e às orientações emanadas dos órgãos de controle e formar grupo de trabalho com representantes da patrocinadora Eletrobras para acompanhamento das alterações solicitadas nos planos de equacionamento e posterior realização de TAC na PREVIC, nos moldes recomendados na Carta CTA DJ 2622/2017, de 22.09.2017, conforme amplamente divulgado;

- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD – Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD – Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2018;
- aprovação da revisão da Política de Alçadas;
- aprovação da revisão da Política de Gestão de Pessoas;

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2017:

- apreciou os balancetes mensais;
- apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais, bem como acompanhou os indicadores trimestralmente;
- apreciou os relatórios de conjuntura e risco dos investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;
- acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;

- emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2017, Planos de Custeio, tomando por base os pareceres atuariais;
- emitiu e aperfeiçoou os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- acompanhou o relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- acompanhou o relato de atendimento aos Ofícios da PREVIC;
- emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS, em virtude dos Testes de Aderência;
- acompanhou o assunto Revisão dos Planos de Equacionamento dos déficits do Plano BD Eletrobrás, bem como as providências relativas aos Ofícios da PREVIC a respeito, incluindo o Parecer 42/2017 da PREVIC;
- acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- acompanhou o reporte do retrofit do Ed. Mário Bhering;

DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações com toda a documentação técnica necessária, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2017 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2017, destacamos:

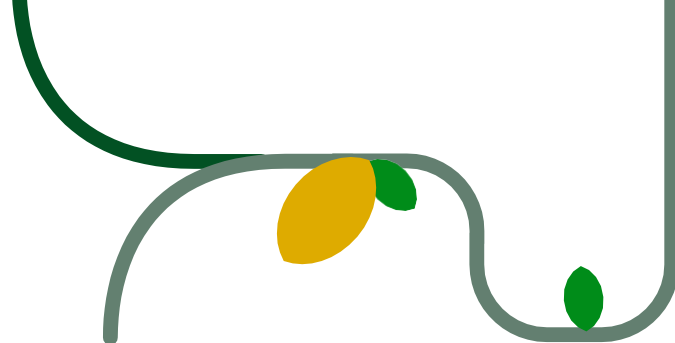
- a continuidade das negociações referente ao equacionamento dos déficits técnicos do Plano BD Eletrobrás com atuação junto às patrocinadoras, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, intensificadas após o recebimento do Parecer 42/2017 da PREVIC.
- aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- condução do processo de locação do Ed. Mário Bhering à patrocinadora-instituidora Eletrobras e monitora-

mento das providências relativas ao projeto de retrofit do referido imóvel, referentes ao Contrato de Locação;

- atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria – CGRA;
- apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
- estímulo às ações de redução de despesas administrativas;
- acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR, até a implantação da solução integrada de sistemas;
- acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde, dentre estas medidas, a implantação do reembolso on line;
- aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações/determinações;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- aprovação de normas e atualização/aperfeiçoamento de normas/Regimentos Internos de Comitês de Investimentos e procedimentos decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE, bem como referentes à adesão da ELETROS ao Código de Autorregulação de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP;
- aprovação de metas e providências para elaboração do Programa de Certificação dos processos visando à certificação ISO 9001, iniciando pela Diretoria de Benefícios Previdenciários;

Levantamento realizado por Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 09.04.2018.

Contatos



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone

(21) 2138-6000 – opção 2

E-mail

atendimento@eletros.com.br

Endereço

Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 9h às 16h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletros.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone

(21) 2138-6000 – opção 1

E-mail

atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço

Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletrossaude.com.br

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria

Assessoria de Comunicação

Projeto gráfico e editorial

Infobase Interativa

www.iinterativa.com.br
www.eletros.com.br

